

Reflexões sobre a filosofia brasileira



Por **JOSÉ CRISÓSTOMO DE SOUZA***

A “filosofia da USP”, o perfil de seus representantes, seu modelo de trabalho, sua discussão, mais havida do que assumida

Meu primeiro contato com a “filosofia da USP” deu-se nos idos de 1969, quando sua pós, a primeira do País, nem credenciada ainda estava. Eu andava pela graduação da UFBA, quando aqui aportaram José Arthur Giannotti e Oswaldo Porchat, de mãos dadas, trazendo a boa-nova da formação em filosofia como “leitura interna”, “técnica”, “estrutural”, da obra do grão filósofo, histórico-canônico. Daqui eles levaram dois recém-graduados promissores, para se formarem no novo método/ideário, que voltaram para ser professores, um dos quais meu irmão Vítor, que não esperava tamanha ascensão.

Adiante, entenderíamos essa visita como uma extensão da missão francesa que implantou a “filosofia da USP”, José Arthur Giannotti e Oswaldo Porchat como pais fundadores nacionais, que estudaram na França com Martial Guérout e Victor Goldschmidt, o autor de *Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos*, que bem pode ser tomado como epítome da nova receita, da filosofia como história da filosofia, filosofia sempiterna, exemplarmente filosofia de sistema.

Os professores uspianos mencionados pelo mano, todos admiráveis, incluíam ainda Marilena Chauí, Gilda de Mello e Bento Prado Jr. “O pessoal é de esquerda, mas não propriamente marxista, antes marxólogo”, me dizia Vítor, que escolheu estudar Friedrich Nietzsche, um filósofo que, sob a ditadura, poderia cumprir papel de Karl Marx, essa era uma ideia, como em alguma medida também poderiam outros expoentes da filosofia europeia, a montante e a jusante do autor de *O capital*. Afinal, Marx pretendia a realização, no mundo, daquela tradição, em especial alemã, não sua supressão, não é mesmo?[\[1\]](#)

Desde então, fui-me inteirando da “filosofia da USP”, do perfil de seus representantes, seu modelo de trabalho, sua discussão, mais havida do que assumida. Foi só bem mais tarde que pude fazer pós-graduação em São Paulo, entre Unicamp e USP, após um interregno de mais de treze anos, em que fui enfrentar a Ditadura (depois do AI-5 não havia como não), *pro domo mea* mesmo. Entre prática (democrático-popular) e teoria (não-acadêmica), foi uma ótima escola, num período em que, mesmo assim, participei da pioneira (1976) Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), de intenção menos “estruturalista”, com Anchieta, Pegoraro, Chasin e Marilena.

Daquela primeira visita de José Arthur Giannotti, guardei sua metáfora, quase mística, para o novo método/ideário: “Fundir-se com o filósofo estudado, a ponto de vesti-lo como sua própria pele”, o que envolveria, depois, “o doloroso desafio de despi-lo”, para então fazer filosofia. Uma verdadeira ascese, pois não, da qual fazia parte não perguntar pela sua verdade material, não “achar” nada por si mesmo, não antes do remoto segundo passo. Uma metáfora que antecipava o dilema com que depois se depararia, e entendo ainda se depara, nossa comunidade filosófica acadêmica.

Sobrevivente e matriculado na Unicamp, cuja modelo de seleção mais se afastava daquilo que Safatle, com razão, criticou como “filiação” (Coluna Anpof, 19/10/2016), comecei em 1983 minha experiência filosófica paulista por uma visita a José

Arthur Giannotti, na qual ele generosamente me mostrou o manuscrito de seu ambicioso *Trabalho e Reflexão*, alegando, diante de minha cara embaçada, que “não são só os filósofos europeus que podem escrever que não se entenda.” Parabenizei-o. Por coincidência, naquele mesmo ano, sob a liderança de José Arthur Giannotti, criava-se a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, que ele primeiro presidiu, e começavam seus memoráveis encontros bienais, que pude acompanhar desde o começo, por décadas.

Junto com a Anpof, com respaldo de Capes e CNPq, começava a grande expansão nacional de nossa pós-graduação, “a partir de um núcleo centralizado”, como narra o colega Vinicius Figueiredo, o que “conferiu aos primeiros programas ascendência intelectual e institucional sobre os demais” (V. Figueiredo, Coluna Anpof, 27/07/23). Nesse núcleo estava ainda, por ex., o da URGs, que, entretanto, mais diretamente alemão, mostrava-se filosoficamente menos inibido e sem o mesmo espírito missionário franco-paulistano. O núcleo do núcleo foi, assim, a Filosofia da USP, compreensivelmente hegemônica nesse processo.

Tratou-se, em todo caso, de uma expansão marcada por “nossa diferença”, “nosso método”, quer dizer, a “ênfase na leitura intensa das obras” (mais apologética do que crítico-apropriadora, eu diria), voltada para “identificar suas articulações internas” (V.F., *ibid.*). Daí resultaram a orientação de monografias à la “*grand thèse* francesa” (Giannotti, 1999),^[ii] que deram conta dos filósofos canonizados, e a valiosa “consolidação de um léxico filosófico, por meio de traduções cuidadas”.^[iii]

O que supostamente representaria uma “ruptura” com nossos “bacharelismo e clericalismo” (V.F., *ibid.*) – na verdade, históricos. Resultaria também numa ruptura com a “história panorâmica” da filosofia (na qual depois, infelizmente, recaímos) e, estaca zero, uma ruptura com tudo que tivesse sido escrito originalmente em português. Mesmo que isso implicasse, José Arthur Giannotti depois lamentaria, em “rejeitar a criatividade de um Oswald [de Andrade]” e “o ensaísmo e a inventividade de um Sílvia Romero” (G., *ibid.*).

Por um pouco mais de contexto (com cara de tripé): Foi uma expansão que nos contrapunha, (i) à direita, ao genericamente conservador Instituto Brasileiro de Filosofia, de Miguel Reale, ligado em Kant, culturalismo e pensamento brasileiro, e (ii), à esquerda, à filosofia, ou filosofias, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), mais político e nacional, imediatamente fechado pela Ditadura em 1964, supostamente menos “técnico” e “classista”, envolvido com um conjunto semelhante de influências filosóficas, predominantemente alemãs, mas alegadamente com maior autonomia em relação a elas.

Nesse quadro, o uspiano – e “estruturalista” – “Seminário d’*O Capital*”, José Arthur Giannotti e FHC à frente, criado antes do Regime Militar, impressionaria nossos colegas das ciências sociais por sua superior tecnicidade lógico-metodológica, e, adiante, através deles, contribuiria para a constituição, com a golberyana redemocratização, de uma nova esquerda brasileira, “social-democrata”, PT/PSDB. Uma esquerda que, aliás, ainda hoje, tem dificuldade em considerar a questão nacional e a ilógica mixórdia de relações de produção e de sociabilidades que o povão efetivamente habita país afora, pois *O capital* não é boa orientação política, como tampouco seu correlato humanismo é.

Em São Paulo, entre Unicamp e USP, conheci o melhor do novo método/ideário, que, em suas variações, até oposições, estava ali bem representado, junto com seu debate, em anos seguintes. Joguei laboriosamente o jogo, com grande proveito acadêmico, em segredo correndo atrás do doutorado direto, que deu certo. Tive o privilégio de estudar com Salinas, Brum Torres, Monzani, Fausto Castilho, Carlos Alberto, Paulo Arantes, Debrun, Marcos Müller (querido orientador). Os quatro últimos, mais o gaúcho Cirne Lima, compuseram minha banca, da tese em que procurei (500 págs., 6 línguas) burlar o lado “etapista-internista” do método, por uma leitura crítica e destranscendentalizada de Marx (não só dele), envolvendo uma dissimulada posição própria.

Pelas próximas décadas, essa filosofia uspiana, erudita, leitora e histórica, ensaiaria ficar mais interessante, questionadora, produtiva. Em primeiro lugar, Oswaldo Porchat, refundante, anunciou que, agora homem comum, faria uma filosofia à medida da vida comum, não mais história goldschmidtiana da filosofia, e treinaria seus alunos em argumentar e elaborar

sobre questões e temas, não autores.

Marilena Chauí fez, na prática, filosofia política democrática, contemporânea, não-sempiterna. Carlos Alberto empurrou Guérout e Goldschmidt, seu “passado como presente”, para o lado da “história *stultitiae*”. Paulo Arantes expôs, como filosofia de comentário, seu “departamento francês de ultramar.” Ricardo Terra sugeriu chegar mais perto do presente, pela consideração das recepções do filósofo histórico comentado. E Ricardo Musse entendeu que nossos filósofos acadêmicos mais “excelentes”, Balthazar à frente, exibiam uma competência de simples graduação quando interpelados sobre qualquer assunto temático.

Tudo isso, entretanto, sempre me pareceu cair de volta na inquestionável autoridade do Autor sempiterno, clássico ou moderno, que pode também ser Marx, como crítico absoluto do capitalismo ou, Theodor Adorno somado, filósofo absoluto da história do nosso tempo. Dentre todos eles, porém, José Arthur Giannotti foi bravamente adiante, com um projeto filosófico tentativamente autoral, também com um questionamento aparentemente mais radical do tal método/ideário uspiano.

Em 1999 (cf. seu “Depoimento”), nosso filósofo n.º 1 desacreditava da redução do filosófico à “disciplina do texto” e à “alienação no Autor”, declarava que “o departamento [da USP] se esgotou”, que “esse pensamento técnico se transformou num engessamento”, e sugeria que seus alunos “abandonassem a *grand thèse* francesa” e “procurassem o [antes execrado] ensaísmo”.

Daí, agora ecumênico, José Arthur Giannotti finalmente reconheceu o visitante Vilém Flusser como filósofo, o que muito antes já fizera o pessoal do IBF, do qual, ele agora reconhecia, “tínhamos uma visão chapada” – logo, *a fortiori*, também do ISEB, não é mesmo? Essa demora, naturalmente, veio reforçar minha desconfiança de que, com aquele ideário novo-velho, não lograríamos reconhecer um filósofo quando víssemos um na nossa frente, quanto menos produzi-lo. Depois de toda essa revisão, podemos apenas imaginar onde a crítica de José Arthur Giannotti do “método uspiano” ao final chegaria, e o que ele poria no lugar do seu “esgotamento”, em compasso com o “velório da lógica” e a “crítica da racionalidade” clássica, que abraçou no seu último livro (2020), de Heidegger e Wittgenstein.

O mais relevante, contudo, permanece que ninguém buscou tanto quanto José Arthur Giannotti chegar a uma construção filosófica própria, no caso por via de uma exploração/atualização lógico-ontológica de Marx, que começou, entretanto, por “estudá-lo como [o estruturalista] Guérout comentou Descartes” (Lebrun) – o que marcaria, creio eu, todo o seu desenvolvimento posterior. Nosso filósofo n.º 1 seguiu lógico-transcendental até o fim, ou quase, primeiro com Husserl, Kant sempre ao fundo, enquanto seu exame deshegelianizante da dialética de Marx lhe elevava a visados cumes de tecnicidade e dificuldade idealista-alemãs, por fim, transmodernamente, a Heidegger.

Nesse itinerário, ele fez valer seu postulado, curiosamente historicista, de que uma boa filosofia deve corresponder à “mais avançada” lógica do seu tempo, logo Wittgenstein (kantianizado), cujas *Lebensformen* Giannotti tratou com razão de encorpar – como capitalismo *à la* Marx. Com isso, teríamos *O capital* logicamente remasterizado e um Marx ontologicamente secularizado, ao final com recursos wittgensteinianos e heideggerianos. Quase uma virada filosófica prática completa, destranscendentalizante, para um logos prático-mundano.

Sai a lógica dialética, entra a gramática, supostamente do próprio capitalismo, numa caminhada em que José Arthur Giannotti acompanhou a seu modo o tradicional cancelamento contemporâneo, infelizmente linguocêntrico, da “filosofia do sujeito”, ecoando ao mesmo tempo certo movimento pragmatizante daqueles dois super-maiorais, Wittgenstein e Heidegger, cuja inusitada aproximação tem sido usual na filosofia metropolitana do nosso tempo. Fosse menos lógico-transcendental, Giannotti teria se interessado pela indecisa virada pragmatista da marxiana Teoria Crítica alemã, essa sim uma mudança de paradigma, que pelo menos pôde deixar para traz a estéril complicação adorniana.

Ao mesmo tempo, José Arthur Giannotti não alcançava entender, por ex., a 1ª tese “*ad Feuerbach*”, de Marx, que ele

traduziu ao contrário, tampouco o sentido da famosa 6ª tese, que procurou esclarecer por uma despropositada complicação lógica. E atribuía as falhas da sua tradução do *Tractatus*, plausivelmente, ao fato de que ainda “não conhecíamos o panorama em que o autor estava inserido” – coisa que obviamente nenhuma “leitura interna” lhe daria, e que até o fim creio que não logrou alcançar (v.g. o “panorama” Peirce-James-Ramsey-Wittgenstein). Ao final, ainda enredado com alienação, fetichismo e ilusão necessária, escapou-lhe, como entendo, o alcance, constitutivo, da problemática fundamentação normativa de Marx, donde também a oportunidade para uma reconstrução destrancendentalizada, não-representacionista, não-dualista, do seu materialismo prático, interativo, com conclusões políticas menos singelas.

E agora? Depois dessa história toda, como que por um percurso não resolvido, um dilema não enfrentado, os problemas da nossa filosofia, genericamente considerada, não me parecem ser os mesmos das comunidades filosóficas nacionais que efetivamente produzem filosofia. Não surpreende que, depois de tudo, não tenhamos nossos filósofos, civis, como, *mutatis mutandis*, Charles Taylor, R. Jaeggi, V. Descombes, K. Wiredu, Linda Alcoff, Vattimo ou Timothy Williamson.

Em vez disso, genericamente, ainda exibimos – agora diante do desafio de rasas “variantes de proselitismo contemporâneo” (também estruturalistas, franco-americanizadas, languageiras e sem-sujeito), como pseudo segundo passo do método – o déficit de autonomia de pensamento e elaboração argumentativa, no qual aparentemente fomos formados. Em muitos casos, nossa fuga da consideração crítica do pensamento importado (*memento* Guerreiro Ramos e Roberto Schwarz), e nosso receio de filosofar sobre temas e problemas, apenas reproduzem, agora de modo supostamente não-eurocêntrico, anti-patriarcal, não-ocidental, étnico, sempre o mesmo atávico *Magistri dixerunt*, fora de lugar.

Apesar disso, ao fim e ao cabo, temos, sim, nosso bravo e laborioso José Arthur Giannotti, na ponta extrema desse desenvolvimento inconcluso, para “desmunicipalizar” e “concluir”.^[iv] Quer dizer, temos tanto (a) sua remasterização lógico-ontológica de Marx para nossos dias, e sua crítica da noção clássica de racionalidade, quanto temos (b) sua disposição metafilosófica para refletir sobre o estado da filosofia e nosso itinerário percorrido até aqui, a e b como dois lados a serem postos um em relação com o outro. Melhor ainda, temos o próprio Marx, com o singularíssimo lugar que ainda guarda entre nós e nessa história toda, para, mexendo em seus pressupostos declarados, reconstruir uma “filosofia crítica” melhor, para nosso tempo, circunstâncias e práticas: um ponto de vista materialista, *sinnlich*, artefactual, da prática como poiésis, pós-giannottiano, que dispensa sujeitos metafísicos, tanto quanto linguocentrismos e mais modas metropolitanas.

Faz alguns anos, nossa hoje quarentona Anpof, sob a presidência de outro colega uspiano, propôs à comunidade filosófica brasileira o desafio de finalmente alcançar sua maioria filosófica, o tal segundo passo, por um esforço produtivo, de autonomia, atualidade, relevância, que certamente não abrirá mão da variada experiência até aqui havida. Com efeito, para tal desafio, uma comunidade nacional de investigação e elaboração – plural, (auto)crítica, descolonizada, com vocação para independência e criação – pode ser o que mais interessa. Sob bênçãos refundantes de José Arthur Giannotti e Oswaldo Porchat, de novo de mãos dadas, mas também de muito mais gente.^[v]

***José Crisóstomo de Souza** é professor titular do Departamento de Filosofia da UFBA. Autor, entre outros livros, de A questão da individualidade (Editora Unicamp).

Notas

[i] Em 1976, com 32 anos, Vitor Hermenegildo de Souza nos deixou sem seu talento.

[ii] Ver Giannotti, “Depoimento”, em Bernardo & Mendes (org), *Vilém Flusser no Brasil*, S.P.: Relume-Dumará, 1999.

[iii] Nos termos assertivos de Giannotti: “Nós estávamos interessados em criar uma língua filosófica brasileira” (ibid.); quer

dizer, em traduzir ao português o vocabulário da filosofia clássica europeia.

[iv] Giannotti, com bom humor, resolveu apelidar-se “filósofo municipal”, pelo fato de sua obra não se ter constituído numa referência relevante para além do município de São Paulo.

[v] Por ocasião dos 90 anos da USP, nossa universidade nacional nº. 1, e de sua valorosa FFLCH.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)